



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
NOVO HAMBURGO

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS
DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO
IPASEM**

2026 /2027

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS	4
2.1. OBJETIVO GERAL	4
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
3. VIGÊNCIA	5
4. DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	5
5. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	6
5.1. MODELO DE GESTÃO	6
5.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GESTÃO	6
5.2.1. CONSELHO DELIBERATIVO	7
5.2.2. DIRETORIA EXECUTIVA	7
5.2.3. CONSELHO FISCAL	7
5.2.4. COMITÊ DE INVESTIMENTOS	8
5.2.5. RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	9
6. RENTABILIDADE PROJETADA	10
7. AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS	11
7.1. CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO	11
7.1.1. CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL	12
7.1.2. CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL	15
8. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL E ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO	17
8.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	17
8.2. CONTROLE DE RISCOS	18
8.3. DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	21
8.3.1. CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO, CARREGAMENTO DE POSIÇÃO E DESINVESTIMENTO – FORMAÇÃO DE PREÇOS	21
8.3.2. ATOS ELEGÍVEIS	23

8.3.3. VEDAÇÕES, RESTRIÇÕES E LIMITES ESTABELECIDOS PARA INVESTIMENTO, INCLUSIVE DE CONCENTRAÇÃO PARA TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA OU PARTES RELACIONADAS	25
8.3.4. ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO	27
8.4. RELATÓRIOS GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	29
9. PATRIMÔNIO ADMINISTRÁVEL E DESEMPENHO DA CARTEIRA	30
10. DISPOSIÇÕES GERAIS	31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.- Expectativas de Mercado através da Mediana	10
Tabela 2 - Expectativas de Mercado	17
Tabela 3 - Notas de classificação de risco de crédito - RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO	21
Tabela 4 - Alocação Estratégica para o exercício de 2026	28
Tabela 5 - Alocação Estratégica para 2027	29

1 . INTRODUÇÃO

A presente Política de Investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos financeiros do IPASEM – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo, bem como a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos desses recursos financeiros, com o objetivo de promover segurança, liquidez e rentabilidade, a fim de assegurar o equilíbrio financeiro entre seus ativos e passivos. A Política de Investimentos, portanto, integra um dos processos estratégicos e gerenciais do IPASEM, na medida em que objetiva assegurar a adequada administração dos seus ativos financeiros, visando a sua sustentabilidade.

As diretrizes desta Política de Investimentos foram projetadas tendo em vista a perspectiva político-econômica nacional e internacional, através da análise do panorama traçado a partir de dados e cenários obtidos pelos meios oficiais de divulgação econômica interna e externa, tais como Banco Central do Brasil, Comitê de Política Monetária – COPOM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Federal Reserve (FED), Banco Central Europeu (BCE), entre outros.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Definir estratégia para alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação, observando a respectiva carteira de investimentos de acordo com o perfil das obrigações do Instituto, e considerando a manutenção do equilíbrio financeiro.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar atingir a rentabilidade definida nesta política, através de alocações em produtos e ativos com risco adequado ao perfil e situação patrimonial da Assistência à Saúde.
- Proporcionar ao Conselho Deliberativo, à Diretoria do Instituto e ao Comitê de Investimentos, uma definição das diretrizes básicas, dos limites de risco, da rentabilidade mínima a ser buscada, da adequação aos ditames legais e da estratégia de alocação dos recursos;
- Garantir transparência e ética e nos processos de investimentos, que devem seguir as diretrizes estabelecidas neste documento;

- Definir critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez para aplicação dos recursos financeiros da Assistência à Saúde.
- Assegurar que os gestores, conselheiros e segurados tenham claro entendimento dos objetivos e restrições nos processos de investimentos.

3. VIGÊNCIA

Esta política de investimento será válida para os anos de 2026 e 2027, podendo ocorrer durante este período, correções e alterações para se adequar a mudanças na legislação aplicável, ou quando consideradas necessárias pela gestão do IPASEM e/ou pelo Comitê de Investimentos, submetida à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

4. DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Todas as informações de caráter relevante sobre a gestão das aplicações financeiras da Assistência à Saúde serão disponibilizadas através da página da Internet do IPASEM, no endereço www.ipasemnh.com.br/politica.php.

Serão disponibilizados, na periodicidade destacada, documentos e relatórios contendo as seguintes informações:

- ❖ A política de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- ❖ Relatórios mensais detalhados sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos da Assistência à Saúde e a aderência a esta política de investimentos e suas revisões, depois de submetidos às instâncias superiores de deliberação e controle;
- ❖ As datas e locais das reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos.

5. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. MODELO DE GESTÃO

A gestão dos recursos será feita através de gestão própria, o que significa que as aplicações financeiras serão realizadas diretamente pelo IPASEM.

Antes de submetidas à aprovação do (a) Diretor (a) Presidente, as aplicações e resgates dos recursos financeiros deverão ser discutidos pelo Comitê de Investimentos do IPASEM, que atuará como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

O IPASEM também conta com a MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, contrato de Prestação de Serviços nº 19/2023 de 31/07/23, empresa de consultoria e assessoria especializada para avaliar de forma sistemática o desempenho, exposição a risco e adequação à Política de Investimentos dos fundos que formam a carteira de ativos da entidade, bem como avaliar novos produtos para aplicação no mercado. O Relatório fornecido pela consultoria supracitada deverá ser analisado pelo Comitê de Investimentos, que emitirá parecer sobre a concordância ou a não concordância do referido relatório.

5.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GESTÃO

Conforme a Lei Municipal 154, de 24 de Dezembro de 1992, a estrutura organizacional do IPASEM compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de Investimento e fiscalização dos recursos financeiros:

- Conselho Deliberativo
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal

Ainda, a Resolução nº 09, de 24 de Julho de 2012, do Conselho Deliberativo, alterada pela Lei Municipal nº 2.991 de 07 de março de 2017, e Lei Municipal nº 3.091 de 05 de março de 2018, criou o **Comitê de Investimentos do IPASEM**, órgão autônomo e consultivo, com finalidade de fornecer subsídios para execução da política de investimentos do Instituto.

No que se refere à **movimentação dos recursos financeiros** do IPASEM, entre elas, as aplicações financeiras, a Entidade considerar-se-á obrigada quando representada pelo seu **Diretor**

Presidente em conjunto com o Diretor de Administração ou Tesoureiro, de acordo com o Art. 8º, Inciso I, da Lei Municipal 154, de 24 de Dezembro de 1992.

5.2.1. CONSELHO DELIBERATIVO

Quanto à matéria pertinente à tomada de decisões sobre investimentos, o Conselho Deliberativo possui as seguintes atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 154/1992:

Art. 5º - Compete ao Conselho Deliberativo:

VIII - Fiscalizar a execução e aprovar semestralmente os planos de investimentos e atividades da entidade;

XII - Autorizar planos de investimentos e de aplicações financeiras;

5.2.2. DIRETORIA EXECUTIVA

Quanto à matéria pertinente à tomada de decisões sobre investimentos, a Diretoria Executiva possui as seguintes atribuições legais, conforme a Lei Municipal nº 154/1992:

Art. 7º - A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva e representação legal do Instituto, é composta de 2 (dois) membros, designados, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor de Administração, nomeados e destituíveis a qualquer tempo, individual ou coletivamente, pelo Conselho Deliberativo.

Art. 10. Respeitadas as competências definidas em lei e restrições retro enunciadas, cabe ao Diretor Presidente:

III - gerir os recursos econômicos e financeiros do Instituto, e responder pela escrituração contábil;

§ 1º Respeitadas as competências definidas em lei e restrições retro enunciadas, cabe ao Diretor de Administração:

II - colaborar com Diretor-Presidente na gestão e supervisão das atividades e interesses do Instituto;

5.2.3. CONSELHO FISCAL

Quanto à matéria pertinente à fiscalização das aplicações financeiras, o Conselho fiscal possui as seguintes atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 154/1992:

Art. 13 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar os atos dos Diretores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e regulamentares;

IV - Examinar todas as contas, escrituração, documentos, registros contábeis e demais papéis do Instituto, suas operações e demais atos praticados pela Diretoria Executiva;

5.2.4. COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Criado pela Resolução nº 09, de 24 de Julho de 2012, do Conselho Deliberativo, alterada pela Lei Municipal nº 2.991 de 07 de março de 2017, e Lei Municipal nº 3.091 de 05 de março de 2018, o Comitê de Investimentos possui, até a data de elaboração desta Política de Investimentos, a seguinte composição:

- 1) Janara Renata Haefliger (Gestora de Investimentos, Responsável Cobrança de Dívida Ativa/IPASEM) – Certificação CP RPPS CGINV I válida até 23/05/2027;
- 2) Leonardo Stein (Agente de Seguridade Social/IPASEM) – Certificação CP RPPS CGINV I válida até 22/11/2028;
- 3) Ricardo Contreiras Rodrigues (Auditor Fiscal de Tributos Municipal/PMNH) - Certificação CP RPPS CGINV I, válida até 19/12/2028; e
- 4) Juliana Michellon (Contadora/CMNH) - Certificação CP RPPS CGINV I, válida até 11/11/2026.

A Lei Municipal 154/1992 (Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.991 de 07 de março de 2017, e alterada pela Lei Municipal nº 3.091 de 05 de março de 2018) rege o funcionamento do Comitê de Investimentos:

Art. 13-A. O Comitê de Investimentos é um órgão autônomo e consultivo, cuja finalidade é fornecer subsídios na execução da política de investimentos do IPASEM, relativos aos Fundos de Previdência e Assistência.

Parágrafo único. O Comitê será regido por esta Lei, devendo observar as disposições do Conselho Monetário Nacional, especialmente aquelas que regulam as aplicações financeiras dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 13-B O Comitê de Investimentos constituir-se-á de 04 (quatro) membros, com a seguinte composição:

I - 02 (dois) servidores do quadro do IPASEM indicados pelo Diretor-Presidente;

II - 02 (dois) servidores públicos indicados pelo Conselho Deliberativo do IPASEM, dentre aqueles integrantes do quadro de servidores do Município de Novo Hamburgo.

§ 1º O Comitê será presidido pelo respectivo integrante que portar a certificação profissional de que trata o artigo 2º, da Portaria/MPS nº 155, de 15 de Maio de 2008, escolhido dentre seus pares, mediante eleição.

§ 2º Os membros terão mandato de 2 anos, admitida recondução por igual período, podendo ser exonerados a qualquer tempo, por decisão do Diretor-Presidente ou do Conselho Deliberativo em relação às suas respectivas indicações.

§ 3º Perderá o mandato o Membro do Comitê que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, ou 5 (cinco) reuniões alternadas, sem motivo justificado.

§ 4º As deliberações somente poderão ocorrer com o quórum mínimo de 03 (três) membros.

Art. 13-C O Comitê de Investimentos realizará reuniões ordinárias mensais.

§ 1º O Comitê reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do respectivo Presidente, do Presidente do Conselho Deliberativo ou do Diretor(a) Presidente do IPASEM.

§ 2º Em todas as reuniões do Comitê de Investimentos será lavrada ata, narrando todas as circunstâncias que ali ocorrem, bem como assuntos discutidos que, depois de firmada pelos presentes, será devidamente arquivada.

§ 3º Os pareceres do Comitê serão aprovados por maioria simples dos votos para então serem submetidos à aprovação do Diretor(a) Presidente do IPASEM, devendo ser acostada a ata da reunião que o aprovou.

§ 4º Em caso de empate, o Presidente do Comitê exercerá o voto de qualidade.

§ 5º As reuniões do Comitê de Investimentos serão coordenadas pelo seu respectivo Presidente que ficará responsável também pela elaboração das Atas mencionadas neste artigo.

Art. 13-D Os Membros do Comitê de Investimentos deverão elaborar a Política Anual de Investimentos e apresentá-la ao Conselho Deliberativo para aprovação, a qual deverá ocorrer até a data limite estabelecida para o respectivo ano em Regulamento da Secretaria de Previdência, para aplicação no exercício seguinte, observadas as disposições e resoluções atinentes do Conselho Monetário Nacional.

Art. 13-E A maioria dos membros do Comitê de Investimentos deverá ter sido aprovado em exame de certificação (CPA-10).

Art. 13-F O Comitê deverá elaborar relatórios trimestrais detalhados ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo regime próprio com títulos, valores imobiliários e demais ativos alocados nos seguimentos de renda fixa, renda variável e imóveis.

Art. 13-G Os membros do Comitê de Investimentos deverão observar criteriosamente o disposto na legislação e demais atos normativos federais aplicáveis à espécie, especificamente a Resolução nº 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, e Portaria nº 155/08 do Ministério da Previdência Social ou os atos normativos subsequentes que os vierem a substituir ou complementarem.

5.2.5. RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

O responsável pela gestão dos recursos da ASSISTÊNCIA À SAÚDE deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, e apresentar-se formalmente designado para a função por ato da autoridade competente.

Fica nomeada, através da Portaria 67/2023 da Diretora Presidente do IPASEM, a servidora Janara Renata Haefliger como responsável pela gestão dos recursos da Assistência à Saúde do Instituto, detentora da Certificação CP RPPS CGINV I, emitido pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda., com validade até 23 de maio de 2027.

O responsável pela gestão dos recursos da Assistência à Saúde tem como responsabilidades: auxílio na elaboração dos Relatórios Gerenciais dos Investimentos da Assistência à Saúde do Instituto, a prestação de informações sobre os investimentos da Assistência à Saúde aos órgãos do Instituto, quando solicitadas, especialmente ao Comitê de Investimentos, para auxílio no

processo de análise e sugestão de investimentos e desinvestimentos, e à Diretoria Executiva do Instituto para que esta tome a decisão final sobre os investimentos e desinvestimentos financeiros do IPASEM.

6. RENTABILIDADE PROJETADA

Visando a garantia do equilíbrio financeiro entre os ativos e as obrigações da Assistência à Saúde, para o período de curto prazo, a gestão da alocação dos recursos financeiros, nos exercícios de 2026 e 2027, deverá ter sempre como objetivo atingir a Rentabilidade Projetada, sugerida pelo Comitê de Investimentos, aprovada pela Direção do IPASEM e apresentada ao Conselho Deliberativo do IPASEM.

A rentabilidade projetada dos recursos da Assistência a Saúde considerou a expectativa da taxa básica de juros - SELIC, para os anos de 2026 e 2027.

A data da base de dados da análise foi o dia 31/10/2025, do relatório FOCUS Distribuições de Frequência e Expectativas de Mercado do Banco Central, conforme as tabelas:

Tabela 1.- Expectativas de Mercado através da Mediana

EXPECTATIVA DE MERCADO ATRAVÉS DA MEDIANA								
IPCA %			TAXA SELIC NOMINAL %			SELIC REAL (TAXA SELIC - IPCA)		
2025	2026	2027	2025	2026	2027	2025	2026	2027
4,55	4,20	3,80	15,00	12,25	10,50	10,00%	7,73%	6,45%

A rentabilidade projetada foi definida pela expectativa de rentabilidade do CDI, sendo a taxa Selic -0,10 pontos percentuais. A rentabilidade projetada para 2027 poderá ser revisada no final de 2026 conforme o cenário futuro.

Os critérios utilizados na definição da projeção de rentabilidade foram as expectativas para o IPCA e para a taxa SELIC nos respectivos períodos, a análise da evolução do Patrimônio investido em 2025, análise de cenário econômico e financeiro e os relatórios financeiros de 2025. A carteira da Assistência à Saúde possui seus recursos alocados em fundos de investimento que acompanham o índice CDI e IRF- M 1, por motivos de liquidez e de rentabilidade. A escolha desses ativos se dá em função das obrigações financeiras do fundo de Assistência à Saúde ter como característica o curto prazo e não a capitalização para longo prazo.

Expectativas de Mercado através da Mediana

Figura -1Relatório FOCUS, outubro 2025

Mediana Agregado	IPCA			Selic			PIB			Câmbio		
	2025	2026	2027	2025	2026	2027	2025	2026	2027	2025	2026	2027
	31/10/25	4.55	4.20	3.80	15.00	12.25	10.50	2.16	1.78	1.90	5.41	5.50

7. AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

A gestão do Instituto poderá adotar critérios para avaliação e escolha dos fundos de investimento, observando as características e perfis de risco de cada fundo.

As características abrangem, entre outras, meta de rentabilidade e limite de exposição ao risco, acompanhamento e monitoramento de desempenho e enquadramento quanto a Resolução vigente.

O Comitê de Investimento deverá auxiliar na elaboração da estratégia de investimento do Instituto, baseada na análise do cenário macroeconômico e nas expectativas do mercado para curto, médio e longo-prazo. O Comitê de Investimentos deverá, ademais, analisar os relatórios fornecidos pela empresa de consultoria contratada, contendo a rentabilidade e o risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo Instituto alocados nos seguimentos de renda fixa. E também, conforme o regimento do Comitê de Investimentos do IPASEM, o Comitê realizará reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que necessário, com o objetivo de avaliar e acompanhar as mudanças do cenário para investimentos.

7.1. CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

A rentabilidade das aplicações financeiras do Instituto depende e é altamente influenciada pelos cenários político, macroeconômico nacional e internacional, que impactam positivamente ou negativamente o desempenho da carteira de investimentos. Nesse sentido, a análise de cenários é fundamental para a definição da estratégia de investimento dos recursos do Regime Próprio. Dessa forma, o objetivo e os limites de alocação estabelecidos nesta política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas políticas e econômicas, como taxa de inflação, de juros, de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis da economia doméstica e global.

7.1.1. CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

As análises do cenário político-econômico internacional apresentado nesta Política de Investimentos foram realizadas pela MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, no mês de setembro/2025.

ESTADOS UNIDOS

Inflação e Atividade Econômica

Os dados de inflação disponíveis dos EUA em setembro revelaram uma aceleração moderada, com o CPI mensal subindo 0.3% (acima dos 0.2% esperados) e o anual alcançando 2.99%, enquanto o núcleo (excluindo alimentos e energia) avançou 0.2% mensal e 2.95% anual, de acordo com a divulgação do Fed de Cleveland, já que o relatório oficial foi adiado pelo shutdown governamental.

Para o PCE de agosto, o índice preferido do Fed, o núcleo anual manteve-se em 2.9% após alta de 0.2% mensal, com o headline em 2.7% anual e 0.1% mensal, conforme dados do BEA. Economistas do Fed de Dallas atribuíram a manutenção do núcleo PCE em 2.9% a fatores como salários e serviços, com projeções de moderação gradual para 2026, mas alertando para riscos de tarifas e déficits fiscais que poderiam reacender pressões.

O PIB norte americano do segundo trimestre de 2025, foi revisado para um crescimento anualizado de 3,8%, de acordo com a terceira estimativa divulgada pelo Bureau of Economic Analysis (BEA). Essa revisão representa um aumento significativo em relação à estimativa anterior de 3,3%, impulsionado principalmente por um consumo mais robusto por parte dos consumidores americanos, que responderam por grande parte da atualização positiva. Esse desempenho econômico reflete uma resiliência notável da economia dos EUA, mesmo diante de desafios como inflação persistente e incertezas políticas, superando as expectativas de analistas que previam uma expansão mais modesta. O upgrade no PIB foi atribuído a fatores como o aumento nos gastos com bens e serviços, com destaque para o setor de consumo pessoal, que cresceu a uma taxa revisada de 3,5%, e investimentos em estoques privados que contribuíram positivamente para o indicador. No entanto, o crescimento foi parcialmente contrabalançado por uma desaceleração nas exportações líquidas e um modesto avanço nos investimentos fixos não residenciais. Economistas destacam que essa revisão pode complicar as decisões do Federal Reserve em relação às taxas de juros, já que uma economia mais forte reduz a urgência de cortes agressivos, embora ainda haja preocupações com o mercado de trabalho e o risco de recessão.

No contexto mais amplo, o PIB de 3,8% marca o ritmo de expansão mais rápido em quase dois anos, sinalizando uma recuperação vigorosa pós-pandemia e impulsionando otimismo nos mercados financeiros. Analistas da Reuters e do BBC observam que esse resultado pode influenciar as projeções para o terceiro trimestre, com estimativas iniciais apontando para um crescimento chegando em até 3,9%, conforme apontado pelo Federal Reserve de Atlanta. Essa performance reforça a posição dos EUA como uma das economias mais dinâmicas globalmente, mas também levanta questões sobre sustentabilidade a longo prazo, especialmente com déficits fiscais elevados e tensões comerciais internacionais.

Taxa de Juros

Na esperada decisão do dia 17 de setembro, o Fed cortou a taxa de juros em 25 pontos base, para o intervalo de 4,00% - 4,25%, o primeiro corte do ano, com decisão de 11-1 no FOMC (dissenso de Stephen Miran, indicado por Trump). A decisão por impulsionada principalmente por enfraquecimento do mercado de trabalho apesar da inflação (PCE) permanecer em patamares bastante acima da meta de 2%. Em decisão que visa o chamado *soft landing*. Powell enfatizou equilíbrio de riscos, com projeções revisadas para PIB 1,6% em 2025, desemprego 4,5% e inflação acima 2% por mais um ano, sinalizando dois cortes adicionais.

Em decisão que visa o chamado *soft landing*. Powell enfatizou equilíbrio de riscos, com projeções revisadas para PIB 1,6% em 2025, desemprego 4,5% e inflação acima 2% por mais um ano, sinalizando dois cortes adicionais.

ZONA DO EURO

Inflação, Juros e Atividade Econômica

Os índices de inflação na Zona do Euro apresentaram uma leve aceleração em setembro, com o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) cheio registrando uma variação anual de 2,2%, acima dos 2,0% observados em agosto, enquanto a variação mensal foi de 0,1%. O núcleo do CPI, que exclui itens voláteis como energia e alimentos, subiu para 2,4% na base anual, superando as expectativas de 2,3%, e manteve uma estabilidade mensal modesta.

Na reunião de setembro, o BCE decidiu manter as taxas de juros inalteradas em 2%, conforme amplamente esperado por analistas. Essa pausa reflete um equilíbrio entre o progresso na desinflação onde o crescimento e a inflação parecem alinhados com as projeções, evitando a necessidade de cortes adicionais após reduções anteriores. No contexto mais amplo, o conselho do BCE destacou incertezas globais, incluindo tensões comerciais e pressões salariais, que inclinam os riscos inflacionários para o lado positivo, justificando uma abordagem cautelosa para preservar a

estabilidade financeira. Economistas observam que essa decisão marca o fim de um ciclo de cortes, com foco agora em monitorar dados econômicos para evitar uma recessão, enquanto o banco sinaliza que taxas elevadas podem persistir para ancorar expectativas. A presidente Christine Lagarde destacou projeções revisadas para PIB 1,2% em 2025 (de 0,9%), impulsionado por demanda e acordos comerciais mitigando tarifas US, mas alertou para riscos políticos como crise fiscal na França (déficit acima dos 5%). ECB adotou abordagem data-dependent, sem compromisso de cortes.

PMI composto em setembro subiu para 51,2 pontos, o nível mais alto em 16 meses, ante 51 pontos em agosto, em uma expansão modesta na atividade econômica geral, impulsionada principalmente pelo setor de serviços. No entanto, o PMI de manufatura caiu para 49,8, retornando à contração após um breve período de estabilidade, destacando fraquezas persistentes na indústria devido a demanda global fraca e custos elevados. Essa divergência entre serviços e manufatura reflete uma economia em transição, com otimismo cauteloso para o quarto trimestre, embora riscos de recessão permaneçam se a manufatura não se recuperar

ÁSIA

Inflação e Atividade Econômica na China

Os índices de inflação na China em setembro de 2025 continuaram a sinalizar pressões deflacionárias, com o CPI cheio registrando uma queda anual de -0,3%, ligeiramente melhor que as expectativas de -0,2%, enquanto a variação mensal foi estável. O núcleo do CPI, excluindo alimentos e energia, mostrou uma moderação similar, com deflação persistente impulsionada por demanda fraca e excesso de capacidade.

O PPI, por sua vez, declinou -2,3% anualmente, uma melhora em relação aos -2,9% de agosto, com variação mensal próxima de zero, refletindo estabilização em alguns setores industriais, mas ainda destacando desafios em preços de fábrica devido a tarifas comerciais e desaceleração global. Essas tendências indicam a necessidade de estímulos adicionais para combater a deflação crônica, com economistas prevendo uma recuperação gradual até o final do ano.

O PMI Composto da China em setembro de 2025 mostrou sinais mistos, com o PMI de manufatura subindo para 51,2 pontos, o mais alto em seis meses, impulsionado por exportações, enquanto o PMI oficial permaneceu em contração a 49,8 pontos.

O setor de serviços moderou para 52,9 pontos, refletindo crescimento mais lento na atividade não manufatureira, versus estabilidade de 50 pontos do PMI não manufatureiro. Essa divergência sugere uma recuperação desigual, com otimismo para estímulos, mas vulnerabilidades em demanda global.

7.1.2. CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL

Atividade, Emprego e Renda

O índice PMI composto brasileiro em setembro caiu para 46 pontos, o mais baixo em mais de quatro anos, indicando contração acelerada na atividade econômica, com manufatura em 46,5 pontos e serviços em 49,3 pontos. A queda reflete fraquezas em demanda e custos elevados.

Inflação

Na leitura apurada pelo IBGE, a inflação ao consumidor medida pelo IPCA, mostrou aceleração para 0,48% no mês de setembro, após deflação de -0,11% em agosto, impulsionado por altas na energia elétrica, com variação anual de 4,70%. O núcleo do IPCA manteve pressões moderadas, refletindo impactos sazonais.

Já o IGP-M em setembro registrou 0,42% mensal, com anual acumulado positivo, mas influenciado por custos de produção voláteis. Essas variações destacam uma inflação cheia persistente, acima da meta do Banco Central, exigindo vigilância. Na leitura anual, a alta foi de 5,17% após marcar 5,13% em agosto, ficando um pouco abaixo das projeções de 5,22%. O avanço foi impulsionado principalmente pelo aumento dos custos de habitação, vestuário, despesas pessoais e educação. Por outro lado, houve desaceleração nos preços de alimentos e bebidas, artigos domésticos, transporte, saúde e comunicação.

Câmbio e Bolsa

Em setembro, o Real depreciou ligeiramente frente ao Dólar americano, variando de cerca de R\$ 5,32 para R\$ 5,40, influenciado principalmente pelos ventos econômicos e geopolíticos do exterior. No mês, o dólar recuou 1,94%, refletindo principalmente o diferencial de juros entre as economias de ambos os países.

Em setembro, o Ibovespa, principal índice de renda variável doméstico, fechou praticamente estável, com leve queda de 0,07% aos 147.578 pontos, após atingir um novo recorde intradiário. No acumulado do mês, o índice subiu cerca de 3,37%, refletindo o bom desempenho de ações do setor financeiro, que ajudaram a sustentar o mercado. Já a Petrobras teve queda, pressionada pela baixa nos preços internacionais do petróleo.

Mercado de Renda Fixa

No mês de setembro, a performance dos índices ANBIMA fecharam da seguinte forma: IMA Geral (1,11%), IMA-B 5 (0,71%), IMA-B (0,93%), IMA-B 5+ (1,12%). No grupo dos prefixados, as performances ficaram sob a seguinte forma: IRF-M 1 (1,14%), IRF-M (1,26%) e IRF-M 1+ (1,14%). Quanto aos índices de prazos constantes, IDKA-Pré 2a teve variação de 0,91% no mês enquanto o IDKA-IPCA 2a obteve oscilação de 0,49% no mês.

Perspectivas

A conjuntura econômica doméstica apresenta forte dinamismo e sensibilidade geopolítica, o prêmio de risco de longo prazo exigido pelo mercado apresenta forte correlação e considerável sensibilidade com as expectativas de reformas estruturais a partir de 2026. Desta forma, a depender da direção política e de governo a serem adotados a partir de 2026, a trajetória da dívida, do prêmio de risco, e da expectativa de inflação, podem sofrer com forte volatilidade. Nos Estados Unidos, as incertezas do rumo da relação comercial para com os outros países, em especial a China, traz complexidade na condução da política monetária por parte do Fed, que possui o desafio de traçar cenários possíveis de acordo com variadas medidas adotadas pelo governo federal. O Fed, posto sob o dilema entre controle de inflacionário e estímulo ao mercado de trabalho, se mostra mais inclinado a evitar uma exacerbada desaceleração econômica através dos cortes de juros a serem adotados ao longo de 2025 e em 2026. Para este ano, dois cortes de 25 pontos base são esperados. Neste ritmo de afrouxamento monetário das principais economias desenvolvidas, o diferencial de juros em relação ao Brasil, chamado de carregamento (carry trade) beneficia a moeda doméstica no sentido de atrair fluxo financeiro global para a economia doméstica. Os resultados podem e devem continuar a serem sentidos ao longo de 2025, em que se espera que a moeda local se fortaleça, dado a taxa real de juros que está entre as mais altas do mundo. Nesta ótica, o patamar de 15% da Selic demonstra ser suficientemente alto para trazer o IPCA para os patamares almejados pela autoridade monetária, o que permite que as expectativas de inflação de curto prazo e médio prazo cedam. Frente a volatilidade do cenário econômico no curto prazo, recomendamos cautela aos investidores nos processos decisórios de investimentos. A perspectiva de uma Selic elevada para os próximos meses deve trazer melhores condições para atingimento de meta atuarial por um período mais prolongado e oportunidades de alocação em ativos emitidos pelo Tesouro e por instituições privadas, em que para estes, reforçamos o profundo processo de diligência na escolha dos ativos e seus respectivos emissores. Não obstante, recomendamos que os RPPS diversifiquem sua carteira de investimentos nas classes de ativos recomendadas em nossos periódicos, como ativos de exposição ao exterior e renda variável doméstica que apresenta também, janela de oportunidade de entrada.

Tabela 2 - Expectativas de Mercado

Índices (Mediana Agregado)	2026	2027
IPCA (%)	4,20	3,80
IGP-M (%)	4,08	4,00
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,50
Meta Taxa Selic (%a.a.)	12,25	10,50
Investimentos Direto no País (US\$ bilhões)	70,00	71,40
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	70,11	73,80
PIB (% do crescimento)	1,78	1,90
Balança comercial (US\$ Bilhões)	66,00	74,89

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/31/10/2025>

8. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL E ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO

8.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Por decisão do Conselho Deliberativo do IPASEM e da sua Diretoria Executiva, desde o ano de 2012 o IPASEM adotou a política de realizar aplicações financeiras em ativos nos quais a **administração** dos mesmos esteja sob responsabilidade de **instituição financeira pública**, ou, no caso de **compra de títulos públicos** da dívida pública federal, que a **custódia dos mesmos seja realizada por instituição financeira pública**.

Ainda, a Lei Municipal 2.727/2014 alterou o artigo 15, Parágrafo Único, da Lei Municipal 154/1992: “*Os investimentos e aplicações do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, para atender ao cumprimento de suas obrigações, deverão ser efetivados exclusivamente em instituições financeiras públicas oficiais brasileiras*”.

Nesse sentido, os principais requisitos a serem observados pela Instituição Financeira recebedora de recursos financeiros do IPASEM, de acordo com as diretrizes desta política de investimento são:

- 1) Ser Instituição Financeira Pública (Banco não privado);
- 2) Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

- 3) Elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- 4) Regularidade fiscal e previdenciária;
- 5) Demais obrigações previstas na legislação que rege os investimentos financeiros do instituto.

Quando a aplicação de recursos financeiros se der através da aquisição de cotas de fundos de investimentos, além do respectivo fundo de investimento ser comercializado por Instituição financeira pública, o IPASEM deverá observar os seguintes requisitos em relação ao Administrador e ao Gestor do fundo:

- 1) Que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN;
- 2) Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- 3) Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- 4) Avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores à aplicação do recurso;
- 5) Demais obrigações previstas na legislação que rege os investimentos financeiros do Instituto.

8.2. CONTROLE DE RISCOS

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno. Sendo assim, o Risco é definido como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos existentes no mercado financeiro aos quais os recursos do IPASEM estarão expostos, podemos enumerar alguns, de forma exemplificativa:

- **Risco de mercado** - corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras na condição de mercado, tais como os preços de um ativo, taxas de juros, volatilidade de mercado e liquidez;

- **Risco sistêmico ou conjuntural**: decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional – SFN;

- **Risco de crédito** – Definido como a possibilidade de uma obrigação (principal e juros) não vir a ser honrada pelo emissor/contraparte na data e nas condições negociadas e contratadas. A obrigação pode decorrer de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

- **Risco de liquidez**: pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (funding), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;

- **Risco de contraparte**: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;

- **Risco legal**: pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

- **Risco próprio do ativo**: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;

Para minimizar tais riscos, o IPASEM fará o controle dos riscos dos investimentos através do acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, analisando as informações disponíveis sobre os ativos da carteira do Instituto, em especial, os relatórios disponíveis dos fundos de investimentos aplicados.

O IPASEM deverá eleger fundos de investimentos que possuam formas de controle e medição dos riscos dos ativos que compõem as carteiras dos mesmos, tais como *Value-at-Risk* – VaR, entre outras formas que avaliem a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal,

que o investimento pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança, além de testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos.

A medição e o controle do VaR dos Fundos de Investimentos, bem como dos outros testes de controle de riscos, serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão do fundo de investimento aplicado.

Para avaliação dos riscos da carteira geral de investimentos do IPASEM, entendida como o conjunto de todos os ativos aplicados nos diferentes produtos permitidos pela legislação, a gestão dos recursos financeiros, em conjunto com o Comitê de Investimentos do IPASEM, analisará o VaR e a volatilidade dos Fundos de Investimentos aplicados, com base nas informações disponibilizadas pela Instituição financeira Gestora dos fundos. A análise de risco de mercado da carteira de investimentos do IPASEM deverá integrar o relatório mensal dos investimentos.

Ademais, o IPASEM somente poderá aplicar recursos em fundos de investimentos cujos papéis integrantes de suas carteiras sejam classificados por agência classificadora de risco registrada na CVM, ou reconhecida por essa autarquia, como de baixo risco de crédito. Cabe aos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros do IPASEM certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.

Como exemplo de baixo risco de crédito, colocamos, abaixo, tabela contendo as notas de classificação de crédito dadas pelas principais agências classificadoras de risco de crédito do mundo para o grau de investimento, ou seja, dentro do grau considerado como de baixo risco de inadimplência.

Tabela 3 - Notas de classificação de risco de crédito - RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA	
	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
Fitch Ratings	BBB-(bra)	F3(bra)	BBB-(bra)	F3(bra)
Moody's	Baa3.br	brP-3	Baa3.br	brP-3
Standard & Poor's	brBBB-	brA-3.	brBBB-	brA-3.
Austin	brBBB-	brA-3	brBBB-	brA-3
SR Ratings	brBBB-	N/A	brBBB-	N/A
LF Ratings	BBB	N/A	BBB	N/A

8.3. DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política de Investimentos, são consideradas as aplicações dos recursos provenientes: das disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital; das aplicações financeiras; dos títulos e os valores mobiliários; demais ativos vinculados por lei ao plano de Assistência à Saúde.

8.3.1. CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO, CARREGAMENTO DE POSIÇÃO E DESINVESTIMENTO – FORMAÇÃO DE PREÇOS

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos permitidos pela legislação em vigor foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos nos anos de 2026 e 2027, conforme os cenários e as projeções apresentadas nesta política.

Dadas tais expectativas de retorno dos ativos em cada um dos cenários, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da rentabilidade projetada para cada período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

A metodologia de investimento prevê a diversificação, tanto no nível de classe de ativos da renda fixa, quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando, igualmente, otimizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Desta forma, a estratégia de investimento e desinvestimento levará em consideração dois aspectos: a expectativa de rentabilidade e o risco associado aos produtos e à liquidez.

A partir da análise do cenário macroeconômico de curto e médio prazo, da avaliação dos riscos e das possibilidades de retorno, o **Comitê de Investimentos**, encaminhará **sugestão de investimentos ou desinvestimentos** dentre as diferentes classes de ativos, à **Diretoria Executiva do IPASEM**, que **tomará a decisão final** sobre a alocação dos recursos. Todavia, os **recursos recebidos** no período compreendido **entre as reuniões do Comitê de Investimentos do IPASEM**, ou os **resgates necessários para pagamentos das despesas da Assistência à Saúde e administrativas**, deverão ser aplicados e/ou resgatados em produtos onde a Assistência à Saúde já possuía investimentos anteriores, e em produtos constituídos por ativos de curto-prazo (**fundos de investimentos CDI ou IRF-M1**), para posterior discussão do Comitê de Investimentos na próxima reunião, através da análise da distribuição das aplicações da carteira de investimentos.

APLICAÇÕES

Na aplicação dos recursos da Assistência à Saúde em títulos e valores mobiliários, os responsáveis pela gestão dos investimentos devem:

I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;

II - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

III - zelar por elevados padrões éticos;

IV - adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Política de Investimentos;

V - realizar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços contratados;

VI - realizar o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento e das demais instituições escolhidas para receber as aplicações, observados os parâmetros estabelecidos de acordo com o inciso IV.

Para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos na legislação, os responsáveis pela gestão dos recursos financeiros do IPASEM e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais do IPASEM.

As aplicações em fundos de investimentos nos quais incidam taxa de performance, deverão obedecer, cumulativamente, os seguintes critérios: a) rentabilidade do investimento superior à valorização de, no mínimo, 100% (cem por cento) do índice de referência; b) montante final do investimento superior ao capital inicial da aplicação ou ao valor do investimento na data do último pagamento; c) periodicidade, no mínimo, semestral; e d) conformidade com as demais regras aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do (a) Diretor (a) Presidente do IPASEM, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do Instituto.

RESGATES

O resgate das cotas dos fundos de investimento será realizado nas seguintes hipóteses: a) quando apresentarem desempenho inferior ao de mercado, quando comparados a outros fundos da mesma categoria que possuam ativos da mesma característica em suas carteiras; b) alteração do regulamento que venha a gerar um desacordo com os termos desta Política de Investimentos; c) no caso em que, na composição de sua carteira, constem ativos considerados inadequados pela administração do IPASEM, ou que os ativos que compõe a carteira não sejam aderentes ao índice ou subíndice de mercado ao qual assumiu o compromisso de buscar; d) sempre que conveniente, caso ocorra uma reavaliação da estratégia de investimento pelo Comitê de Investimento, com a aprovação da Diretoria.

8.3.2. ATOS ELEGÍVEIS

Considerando que o plano de Assistência à Saúde **não** se submete a legislação emanada pelo Ministério da Previdência no que tange a aplicação dos recursos financeiros, mas visando observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, define-se nesta política de investimentos que a aplicação dos recursos da Assistência à Saúde deverá seguir os parâmetros estabelecidos RESOLUÇÃO CMN nº 4.963/2021, observando as mesmas condições de elegibilidade dos ativos, podendo, contudo a critério da gestão dos recursos o IPASEM definir outros limites para alocação dos recursos dos estipulados no Art 7 da referida Resolução. Diante disso, as aplicações dos recursos da Assistência à Saúde observam também as seguintes condições:

Serão considerados ativos elegíveis para os segmentos de renda fixa, os títulos permitidos pela legislação vigente aplicável aos Regimes Próprios de Previdência.

Os títulos públicos, quando comprados, obrigatoriamente deverão ser registrados junto ao SELIC – Sistema Especial de Liquidação e custódia – e mantidos em conta de depósito em instituição ou entidade autorizada à prestação do referido serviço junto a CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante. Para os serviços de custódia e apreçamento dos títulos públicos, deverá ser contratada uma Instituição Financeira que possua capital majoritariamente público. Serão registrados contabilmente e terão seus valores reajustados pela marcação a mercado e/ou pela marcação pela curva de juros, sempre observando o vencimento dos mesmos e o equilíbrio entre a necessidade de custeio do passivo e a liquidez do ativo. As operações que envolvam a compra ou venda de títulos públicos deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

Em cumprimento ao disposto no §2º do art. 21 da Resolução CMN 4963/2021, o IPASEM somente poderá aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50%(cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

As aplicações dos regimes próprios de previdência social em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar

que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento pela legislação vigente.

Considerando o saldo do Patrimônio em outubro 2025 e que as aplicações da carteira são exclusivamente diversificadas no segmento de renda fixa, devido a perspectiva sócio econômica e a estratégia de alocação dos recursos no item 8.3.4 desta Política de Investimento, fica estabelecido que as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, exceder a 25% (vinte e cinco por cento) das aplicações dos recursos da Assistência à Saúde, diferentemente da Política de Investimentos de 2024/2025 que o limite foi de 20% seguindo o Art 18 da Resolução CMN 4.963/2021.

8.3.3. VEDAÇÕES, RESTRIÇÕES E LIMITES ESTABELECIDOS PARA INVESTIMENTO, INCLUSIVE DE CONCENTRAÇÃO PARA TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO OU COOBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA OU PARTES RELACIONADAS

Em observância à legislação e a esta Política de Investimentos, é vedado ao IPASEM a realização dos seguintes investimentos: a) Aplicar recursos no segmento de imóveis; b) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos cuja atuação em mercados derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; c) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que o ente federativo como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma; d) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados; e) Praticar operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociação de títulos públicos federais realizados diretamente pelo regime próprio de previdência social; e f) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN nº 4963/2021; g) Negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão; h) Aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica; i) remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento ou contrato de carteira administrada; ou encargos do fundo, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; j) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as

hipóteses previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; e k) aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE).

Além das vedações e restrições supramencionadas, as aplicações dos recursos previdenciários dos RPPSs devem obedecer aos limites gerais e restrições dispostas na Seção II (art. 6º a 12) da Resolução 4.963/2021, que trata dos segmentos de alocação dos recursos.

As aplicações previstas nos incisos III do Artigo 7º subordinam-se a que a respectiva denominação não contenha a expressão "crédito privado".

As aplicações previstas nos incisos III e na alínea "b" do inciso V, do artigo 7º subordinam-se a que o regulamento do fundo determine: I - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; II - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

As aplicações previstas na alínea "a" do inciso V do do artigo 7º, subordinam-se a: I - que a série ou classe de cotas do fundo de investimento seja considerada de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia; II - que o regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento); III - que seja comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de fundo de investimento em direitos creditórios encerradas e integralmente liquidadas; IV - que o total das aplicações de regimes próprios de previdência social represente, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas seniores de um mesmo fundo de investimento em direitos creditórios. Os fundos de investimento de que trata o Artigo 7º não poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III e as alíneas "b" e "c" do inciso V do art. 7º, não classificados, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, como ativos financeiros no exterior, aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que trata o inciso I do art. 8º, e aos ativos financeiros de emissores privados

aplicados no segmento de fundos imobiliários previstos no art. 11 devem: I - ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; II - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na Comissão de Valores Mobiliários; III - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia; ou IV - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo. Ressalvadas as regras expressamente previstas na Resolução BACEN nº 3.922/2010 e atualizações, aplicam-se aos fundos de investimento de que tratam o Artigo 7º e Artigo 8º, os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica. Para fins do disposto nas condições referidas, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.

Os regimes próprios de previdência social que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, conforme 4 (quatro) níveis crescentes de aderência na forma por ela estabelecidos, terão os limites para aplicação dos recursos nos ativos elevados de acordo com o nível de aderência, conforme disposto na Resolução 4.963/2021.

8.3.4. ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO

Fica aprovada a planilha de alocação, conforme as possibilidades de aplicação, elaborada como sugestão do Comitê de Investimentos e a devida análise e deferimento da Diretoria Administrativa, o qual aprova as seguintes propostas de alocação para o ano de 2026 e 2027.

A estratégia da alocação posiciona 100% dos recursos no segmento da Renda Fixa, por motivos de liquidez, considerando-se o perfil de utilização das reservas de um fundo de assistência à saúde, o menor risco envolvido pelo tipo de ativo e por considerar a análise da evolução patrimonial, item 9 desta política.

A estratégia de diversificação da carteira será nos segmentos da renda fixa, em fundos CDI e em fundos de títulos do Tesouro, que tenham títulos com vencimento no curto prazo, observando-se a liquidez e a rentabilidade.

Tabela 4 - Alocação Estratégica para o exercício de 2026

				Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026		
Segmento	Tipo de Ativo	Posição Atual da Carteira Atual	Posição Atual da Carteira Atual	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%
	FI 100% títulos TN	R\$ 13.990.256,31	38,56%	30,00%	39,92%	100,00%
	ETF - 100% Títulos Públicos	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Operações compromissadas	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa -	R\$ 22.264.032,09	61,36%	30,00%	60,00%	100,00%
	ETF - Renda Fixa -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Ativos RF de IF	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	R\$ 30.237,02	0,08%	0,00%	0,08%	1,00%
	FI Debêntures de Infraestrutura -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
	DESENQUADRADO RF	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	R\$ 36.284.525,42	100%	60%	100%	
	TOTAL	R\$ 36.284.525,42	60,00%	100%	0,00%	
Disponibilidade financeira em conta corrente		R\$ 3.311,09				
TOTAL em 31/10/25		R\$ 36.287.836,51				

Tabela 5 - Alocação Estratégica para 2027

				Estratégia de Alocação - 2027	
Segmento	Tipo de Ativo	Posição Atual da Carteira Atual	Posição Atual da Carteira Atual	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN –	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	50,00%
	FI 100% títulos TN -	R\$ 13.990.256,31	38,56%	30,00%	100,00%
	ETF - 100% Títulos Públicos -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	5,00%
	Operações compromissadas -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa -	R\$ 22.264.032,09	61,36%	30,00%	100,00%
	ETF - Renda Fixa -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
	Ativos RF de IF	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	1,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"-	R\$ 30.237,02	0,08%	0,00%	1,00%
	FI Debêntures de Infraestrutura -	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	1,00%
	DESENQUADRADO RF	R\$ 0,00		0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	R\$ 36.284.525,42	100%	60,00%	100%
	TOTAL	R\$ 36.284.525,42	60,00%	100%	
	Disponibilidade financeira em conta corrente	R\$ 3.311,09			
	TOTAL em 31/10/25	R\$ 36.287.836,51			

8.4. RELATÓRIOS GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

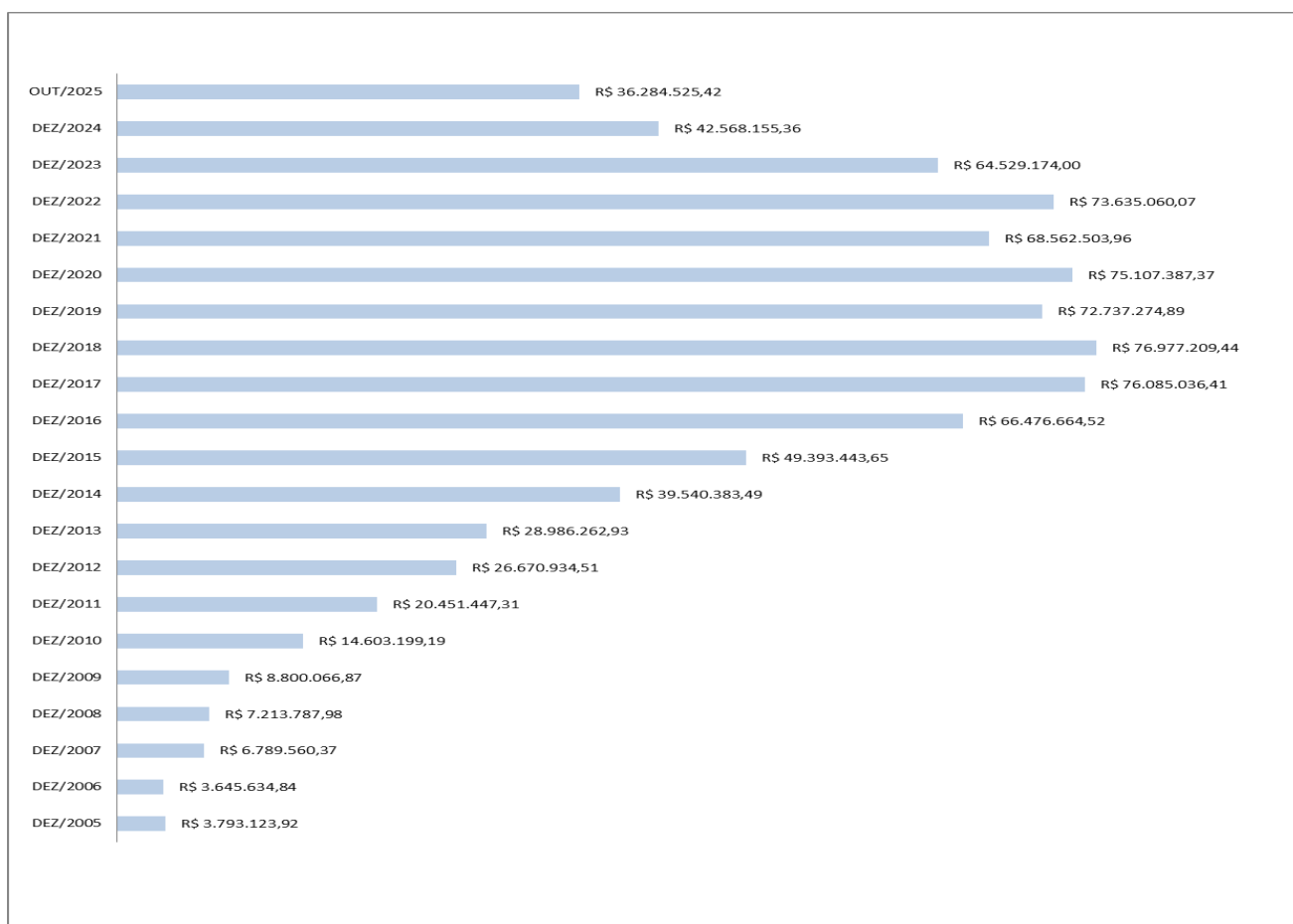
Para garantir a transparência e o acompanhamento da gestão dos recursos financeiros, a gestão dos recursos financeiros do IPASEM elaborará relatórios detalhados sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do IPASEM e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões, e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.

9. PATRIMÔNIO ADMINISTRÁVEL E DESEMPENHO DA CARTEIRA

Ao final do mês de outubro do ano de 2025, os recursos financeiros da Assistência à Saúde do IPASEM Novo Hamburgo somaram R\$ 36.284.525,42 (trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

A evolução do patrimônio financeiro da Assistência à Saúde do IPASEM, nos últimos 20 anos, está ilustrada no gráfico a seguir.

Gráfico 1: ***Evolução do Patrimônio Financeiro dos Recursos da Assistência à Saúde (Dezembro 2005 a Outubro de 2025)***



Em relação ao desempenho da carteira de investimentos nos últimos anos, os saldos anuais evidenciam que o Patrimônio da Assistência à Saúde manteve-se mesmo com o Corona Vírus –

Covid 19, que afetou drasticamente a rentabilidade dos investimentos financeiros, de forma global, no ano de 2020. Em 2021 apresentou redução e em 2022 demonstrou recuperação. Em 2023 os relatórios financeiros e contábeis demonstram que o PL diminui, havendo uma intensificação no ano de 2024 onde a rentabilidade anual foi de 8,76% e a queda patrimonial foi de 34,03%. No ano de 2025 a queda patrimonial de janeiro a outubro é de 14,76% e a rentabilidade acumulada é de 11,25%.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Política de Investimentos da Assistência à Saúde do IPASEM – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo foi elaborada pelos membros do Comitê de Investimentos, aprovada pela Diretoria do Instituto e apresentada ao Conselho Deliberativo em 25 de novembro de 2025, conforme Ata da reunião do Conselho Deliberativo de mesma data, a qual foi aprovada.

As informações contidas na presente Política de Investimentos, bem como suas revisões, serão divulgadas pela Diretoria Executiva, no prazo de trinta dias contados da data de sua aprovação, através de meio eletrônico, na página do Instituto na internet (www.ipasemnh.com.br).

Novo Hamburgo, 25 novembro de 2025.

ÂNGELO CESAR KORNALEWSKI
Conselho Deliberativo

DEISI SUZANA DA SILVA SCHACHT
Conselho Deliberativo

JANICE ROSANE CAMPANHONI
Conselho Deliberativo

JAQUELINE ROSIMARE DIOGO FALKOSKI
Conselho Deliberativo

JULIANA ALMEIDA
Conselho Deliberativo

LUIZ PEREIRA DOS SANTOS
Conselho Deliberativo

DIEGO AVELINO DA SILVA
Conselho Deliberativo

ROSÁLIA PRATES DE ALMEIDA
Conselho Deliberativo

ANDERSON BERTOTTI
Conselho Deliberativo

JULIANA MICHELLON
Comitê de Investimentos

RICARDO CONTREIRAS RODRIGUES
Comitê de Investimentos

LEONARDO STEIN
Comitê de Investimentos

JANARA RENATA HAEFLIGER
Comitê de Investimentos

MARIA CRISTINA SCHMITT
Diretora Presidente

NICOLÁS GERARDO GOECKLER ALVES
Diretor de Administração